

O MEMORIALISMO NO MATO GROSSO DO SUL COMO TESTEMUNHO DA FORMAÇÃO DO ESTADO

Paulo Bungart Neto*

RESUMO: Através da análise de obras como *Camalotes e guavirais* (1971), de Ulisses Serra; *Onde cantam as seriemas* (1975), de Otávio Gonçalves Gomes; *Corumbá: memórias e notícias* (1977), de Renato Báez; *Apoeira da jornada – Memórias* (1980), de Demosthenes Martins; e *Memórias do Jobá* (1993), de Oswaldo Marques, este artigo demonstra de que maneira o memorialismo sul-mato-grossense tornou-se testemunho da formação e do desenvolvimento do estado, registrando as mais diversas manifestações culturais da região, desde o início do século XX até a década de 1970, período do desmembramento do Mato Grosso e da criação do estado do Mato Grosso do Sul, em 1977.

PALAVRAS-CHAVE: memorialismo sul-mato-grossense; literatura do Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT: Through the analysis of works such as *Camalotes e guavirais* [*Camalotes and guavirais*] (1971), by Ulisses Serra; *Onde cantam as seriemas* [*Where the crested cariama sings*] (1975), by Otávio Gonçalves Gomes; *Corumbá: memórias e notícias* [*Corumbá: memoirs and news*] (1977), by Renato Báez; *Apoeira da jornada – Memórias* [*The dust of the journey – Memoirs*] (1980), by Demosthenes Martins; and *Memórias do Jobá* [*Memoirs of Jobá*] (1993), by Oswaldo Marques, this article shows in which way the sul-mato-grossense memoirs witnessed the formation and the development of the state, registering several cultural manifestations of the region, since the beginning of the 20th century until the 1970's, when Mato Grosso was separated and the state of Mato Grosso do Sul was created, in 1977.

KEYWORDS: sul-mato-grossense memoirs; Mato Grosso do Sul literature.

Somente no final do século XX e início do século XXI obras de poetas sul-mato-grossenses como Lobivar Matos e Manoel de Barros começaram a receber a devida atenção dos leitores e da crítica brasileira, servindo de temas a estudos mais aprofundados, sobretudo dissertações e teses universitárias. Além da poesia, a prosa de ficção sobre a região afirmou-se através de obras escritas por “forasteiros” como o Visconde de Taunay (*Inocência*, por exemplo, cujo enredo se passa em terras sul-mato-grossenses, e *Aretirada de Laguna*, sobre importante episódio da Guerra do Paraguai), e Hernâni Donato, escritor paulista, autor de romances como *Chão bruto*, *Filhos do destino* e do fundamental *Selva trágica*, que tematiza a exploração desumana a que são submetidos os catadores de erva-mate do Mato Grosso do Sul.

* Doutor em Literatura Comparada pela UFRGS. Professor Adjunto I na UFGD, atuando nas áreas de Literatura Comparada, Crítica Literária e Estudos Culturais.

No entanto, se a prosa e a poesia produzidas no Mato Grosso do Sul despertam interesse em vários tipos de público, incluindo a crítica especializada, as obras autobiográficas ou memorialísticas são praticamente desconhecidas dos leitores, pesquisadores e acadêmicos do estado. Esta lamentável lacuna precisa começar a ser preenchida, principalmente por três motivos: primeiramente, pela importância que o gênero memorialístico alcança no atual estágio dos estudos literários e culturais; em segundo lugar, pelo fato de a maioria dos memorialistas sul-mato-grossenses terem se dedicado também a outros gêneros literários (poesia, crônica, ensaio, etc.) e não-literários (jornalismo e história, sobretudo); e, finalmente, porque tais relatos autobiográficos, em sua grande maioria, mesmo narrando fatos passados há várias décadas, foram produzidos durante ou a partir dos anos 70, participando, assim, da fixação de um momento de transição histórica para a região, com o desmembramento do estado de Mato Grosso.

Sabe-se que tal desmembramento se deu a 11 de outubro de 1977, tornando-se o Mato Grosso do Sul estado com autonomia própria em janeiro de 1979¹. Como veremos a seguir, alguns dos principais volumes de memórias de autores pertencentes à região foram redigidos e publicados justamente neste período, fase de transição histórica que pressupõe a compreensão e a afirmação de uma nova identidade a partir de referenciais culturais distintos daqueles existentes na porção norte do estado. É óbvio que as cenas recordadas e mesmo a redação de muitos destes capítulos dizem respeito a fatos passados antes da separação, mas, por outro lado, também é evidente que, referindo-se a episódios ocorridos em cidades, vilarejos e fazendas que viriam a fazer parte do território criado sob a designação de Mato Grosso do Sul, tais fatos, ocorridos em certo tempo e espaço definidos, atuam como prenúncio de características culturais marcantes e servem como importante testemunho do período de formação e consolidação deste recente estado brasileiro. A propósito desta dicotomia entre o “tradicional” e o “recém-criado”, Paulo Coelho Machado, em Prefácio escrito em maio de 1980 para as memórias de Demosthenes Martins (1980, p. 5), nos lembra que: “Nosso estado, se por um lado é muito jovem em sua organização política, por outro lado é antigo no que diz respeito a seus fatos históricos”.

Publicadas, portanto, menos de dois anos após a criação do Mato Grosso do Sul, as memórias de Demosthenes Martins, intituladas *A poeira da jornada*, pertencem já a uma nova fase histórica da região e se compõem do relato pungente de um nordestino que, tendo passado pela Amazônia e se estabelecido em terras sul-mato-grossenses, torna-se advogado e político de prestígio, tendo sido prefeito de Nioaque em 1921 (município para o qual Demosthenes Martins consegue duas importantes concessões: a do primeiro serviço de iluminação da vila e a da construção da rodovia Aquidauana/Nioaque/Bela Vista), Intendente de Bela Vista em 1923, prefeito de

¹ “A 1ª de janeiro de 1979, sob envolventes manifestações de regozijo, no cumprimento do disposto na Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, foi instalado o novo Estado de Mato Grosso do Sul, com a posse dos representantes dos seus três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – ou seja do Governador nomeado, engenheiro Harry Amorim Costa, dos Deputados à Assembléia Constituinte e dos Desembargadores integrantes do núcleo inicial da constituição do seu Tribunal de Justiça.” (MARTINS, Demosthenes. *A poeira da jornada – Memórias*, 1980, p. 382).

Campo Grande entre 1942 e 1945, Secretário do Interior, Justiça e Finanças do Estado em 1951 e Presidente do Diretório Regional da União Democrática Nacional (UDN) em 1962. Homem empreendedor, além de grande político (conheceu pessoalmente Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas, este último decisivo para a obtenção, por parte do governo de Demosthenes, do primeiro serviço de água e esgoto de Campo Grande, em 1944), o autor de *Apoeira da jornada* também foi, em 1938, redator-chefe do jornal “O Progressista”, órgão oficial do partido Progressista, e membro da Academia Mato-Grossense de Letras, tendo sido eleito, em 1974, para ocupar a vaga da Cadeira n. 28, deixada pelo cronista Ulisses Serra.

O longo relato de Martins (a obra tem aproximadamente 400 páginas) abarca praticamente todo o século XX, descrevendo sua infância em Pernambuco e a juventude no Pará, nos anos 10 e 20, até chegar à década de 70 e aos acontecimentos políticos e sociais de sua ascendente carreira de homem público, contemporânea do período de afirmação do estado emergente. Dessa maneira, as memórias de Demosthenes Martins podem ser referidas como um importante documento a respeito da criação do Mato Grosso do Sul, como de fato o leitor pode perceber lendo os capítulos finais da obra, que traçam um amplo painel do desmembramento do estado, desde a idéia inicial do Presidente Ernesto Geisel em 1976, passando pelos estudos de viabilização do projeto, realizados pelo Ministro do Interior Maurício Rangel Reis, até sua efetiva concretização no início de 1979.

Lendo estas significativas páginas, constatamos a imensa alegria que tomou conta dos sul-mato-grossenses que, orgulhosos do rumo que a divisão política do estado lograra alcançar, manifestaram abertamente sua comoção por esta espécie de “reconhecimento oficial” de sua identidade:

Em todo o novo Estado o ato foi festivamente comemorado com o maior entusiasmo. Em Campo Grande essa comemoração foi delirante. Calcula-se que umas 50.000 pessoas – homens, mulheres e colegiais – saíram às ruas conduzindo faixas com dizeres alusivos à divisão, cantando, dançando, fazendo espoucar milhares de foguetes, numa alegria contagiante enquanto centenas de veículos repletos, buzinaavam estridentemente, circulavam pelas ruas periféricas e bairros da cidade. Realizara-se a mais ambiciosa aspiração dos sul-mato-grossenses. (MARTINS, 1980, p. 376).

Mais do que uma “ambiciosa aspiração” ou um simples desejo de emancipação, a divisão do estado, para Demosthenes Martins, assumiu, na alma dos sul-mato-grossenses, foros de um “ideal” a ser atingido, o que justifica a gratidão do povo ao Presidente Geisel, iniciador do movimento de separação. Para Martins,

As manifestações de aplauso com que todo o Sul de Mato Grosso expressou seu tributo de gratidão ao Presidente Geisel, não foram um movimento insólito, mas o pronunciamento que consagra a vitória de uma reivindicação tão grata aos seus habitantes. Era o coroamento de um ideal que vinha desde o fim do século passado, o reconhecimento de um imperativo geoconômico, a consequência lógica

da desajustada constituição do grande Mato Grosso, o corolário de uma luta que se manteve viva em todas as oportunidades que se apresentaram. (MARTINS, 1980, p. 372).

Além de importante documento histórico acerca da criação do estado, a obra de Demosthenes Martins possui trechos primorosos, tais como aquele, situado no início do relato, no qual o escritor relembra a surpresa que teve, quando percorria a região pela primeira vez, ao se deparar com a vegetação do estado e compará-la ao “incoerente” nome que o designa. Leiamos:

Quando no decurso da viagem, com o trem atravessando trechos de cerrados baixos, de terras arenosas, de árvores retorcidas, senti uma surpresa. Deixando matas do território paulista, esperava encontrar uma floresta semelhante as que conhecera na Amazônia, um grosso mato, correspondente ao nome da terra em que me achava. O que estava vendo era desconcertante. (...) No dia seguinte, deixando a vila, logo entestamos o amplo descampado, despidido de árvores e mesmo de arbustos, em que se desatava o nosso horizonte. Na altura em que, depois, veio a ser a Vila Militar e a Base Aérea, perguntei ao companheiro de banco [do trem onde viajava]: Isto aqui é mesmo Mato Grosso? Nem mato fino existe... Sim – respondeu-me ele. É Mato Grosso. Estamos atravessando uma região de campos que se estende por muitos quilômetros, até Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai. São os famosos campos da Vacaria, que aqui começam. O mato, o mato grosso que deu nome à terra, está no Norte do Estado! – Constatava, destarte, mais um paradoxo dos muitos que são aplicados a nossa toponomástica. (MARTINS, 1980, p. 37).

A necessidade estratégica da separação, sabemos todos nós, surgiu primordialmente da constatação da imensidão do território original, característica que dificultava e, de certa maneira, inviabilizava a administração política e econômica de uma região heterogênea e diversificada, a refletir o que o memorialista considera um “antagonismo gritante”, tanto geográfico quanto cultural. À página 198, Demosthenes Martins expõe tal imperativo que o governo Geisel resolveu encampar de forma pioneira:

A grande extensão territorial do Brasil foi o fator de retardar-se o reconhecimento, por parte dos seus governantes, do extraordinário potencial de que é depositário Mato Grosso, quer sob o aspecto geoeconômico, quer sob o aspecto geopolítico. Área desmesurada, que vai do Paraná ao Amazonas, apresenta a maior variedade de composição telúrica edáfica e climática, propiciando as mais diversificadas operações econômicas na infra-estrutura de sua economia agro-pastoril. (...) Um antagonismo gritante se apresenta entre as vastas florestas da região amazônica, no Norte, e as desatadas campinas da Vacaria, no amplo araxá da serra de Maracaju, no Sul, onde se apascentam milhões de bovinos. É uma região, hoje dividida em dois Estados, onde se positiva a eterna coexistência dos contrastes. (MARTINS, 1980, p. 198).

Outro relato confessional interessante sobre a formação do Mato Grosso do Sul foi publicado, treze anos depois, pelo professor Oswaldo Marques, e se intitula *Memórias do Johá* (1993). Radicado em Dourados, o escritor recorda, alternando poemas e capítulos em prosa, as “terras do Johá”, distrito de Caarapó, onde o professor passou a infância após deixar a Fazenda Rio Verde, em Ponta Porã, local de nascimento. Em sensível registro, Oswaldo Marques evoca o rio Verde; os indígenas Caiuás, cujo território ficava a dois quilômetros de distância da casa de seus pais; os grandes pés de jatobás²; as rodas de tereré e chimarrão; o calhambeque “Chimbica” do pai Ezildo Marques; os colegas da Escola Rural Mista da Fazenda Johá; Nova América, a vila ao norte do Johá; cultos evangélicos; costumes e brincadeiras de roda e com anel, e jogos de peteca³.

Dos inúmeros poemas presentes na obra, dois se destacam, o primeiro, intitulado “Madeira de cedro”, pela pungência do apelo ecológico em tempos de aquecimento global, sugestão que leva o autor a julgar tal madeira “sagrada”, “troféu das mãos do Senhor” (1993, p. 21); o segundo, o soneto “Roda de chimarrão”, por fixar um costume trazido do Rio Grande do Sul e arraigado às terras do Mato Grosso do Sul. Leiamos alguns trechos do primeiro e o soneto em homenagem ao mate:

Madeira de cedro, / Louvem-te as árvores do bosque / Pela tua formosura e utilidade. / És de todas as árvores, a rainha / Pela tua importância, capacidade. // Cedro bendito, / desde que foste formado / Pelas mãos do Criador, / Foste por ele aperfeiçoado: / Troféu das mãos do Senhor! // A todos, sem aceção tens servido: Cozeste o pão do faminto, / Cobriste a casa do desamparado. / Ao povo de Deus tens acompanhado / Dando bancos no templo sagrado. / Guardaste as chaves do segredo, / Dando confiança, livrando do medo. (MARQUES, “Madeira de cedro”, 1993, p. 21).

À copa das árvores suavemente bate / Esse vento maravilhoso, pacífico... / Embalando galhos, canto magnífico. / Enquanto sorve este, feliz, sua erva-mate. // Sob frescor de sombras, momento específico / Quase à hora da refeição, ao pé de abacate / Sentado na cadeira, enquanto toma mate / Aguarda o familiar almoço benéfico. // Vai tomando forma a bebida tradicional / Atraindo gente ao diálogo fraternal / Redonda cuia forma roda. É o mate recepcional. // E dentre em pouco, entre gentis afetos / Vai chegando gente aumentando a roda / Da grande cuia de amigos prediletos. (MARQUES, “Roda de chimarrão”, 1993, p. 71).

² A esse respeito, ler o início do capítulo “Os frutos da mata”: “Um grande pé de jatobá à margem do caminho que conduzia à vila de Nova América tornou-se um marco na memória dos transeuntes que percorriam aquele lugar. Aquele tronco gigante, à época de produzir suas nozes atraía muitos ao seu redor à procura do delicioso alimento. Quanta reminiscência! Com os amigos da infância, quantas vezes freqüentamos aquele lugar, que certamente jamais sairá da lembrança dos que conviveram com ele.” (MARQUES, 1993, p. 26)

³ Conferir o capítulo “Costumes, hábitos e brincadeiras”, 1993, p. 69-70.

O hábito de tomar chimarrão leva diretamente a uma questão fundamental para a sobrevivência socioeconômica da região – a colheita de erva-mate e a exploração a que são submetidos os trabalhadores ervateiros, neste caso, nos arredores de Caarapó, território que Oswaldo Marques bem conhecia desde a infância. Vejamos os comentários de Marques, mais “suaves” que o tom de denúncia de exploração social levado a cabo por Hernâni Donato em *Selva trágica*:

A nova região, caracterizada por florestas virgens e pela abundância da erva-mate, motivou o deslocamento de pioneiros desbravadores índios e paraguaios e um bom número de mato-grossenses que, famosos por sua habilidade de explorar os arbustos nativos da erva procurada, aos poucos foram abrindo aqueles lendários lugares, o eldorado verde da indústria ervateira. (...) Era penetrar no interior da mata, de um a outro lado, já se viam passar os ervateiros, tais quais formigas com seus grandes ‘raídos’ sobre as costas, os quais seriam transportados para a ‘tambora ardente’ torrando as folhas. Pouco se falava ali a língua portuguesa. Era um misto de guarani e espanhol. Vigorosos e dispostos roçavam a foices em punho as capoeiras dos ervais. Muitos destes homens eram criminosos fugitivos da fronteira. (...) Escolhiam um lugar no meio do erval. Derrubavam alguns arbustos embaixo de alguma árvore e com alguns companheiros, na hora do descanso, suados e cansados tomavam o delicioso ‘tererê’, preparado com água fria de alguma mina ou córrego próximo. (MARQUES, “A nova terra”, 1993, p. 19).⁴

As obras de Demosthenes Martins e de Oswaldo Marques, publicadas após 1979, dizem muito a respeito da identidade de um povo que, naquele momento, necessitava de certa afirmação social, política e cultural, e por isso a buscava através do resgate de seu passado remoto e recente, na tentativa de compreender o alcance de sua própria localização geográfica e histórica e de sua função como organismo político independente. Se tais obras são representativas desse momento de reflexão crítica, o que não podemos dizer, portanto, daquelas que, dotadas da mesma preocupação, foram publicadas até mesmo antes da separação política do estado? No mínimo, que são elas antecipações sagazes e questionamentos críticos acerca do futuro de uma região até então indefinida, incógnita e misteriosa. Nesta espécie de misto entre o testemunho da formação de uma nova identidade e o registro de costumes por vezes ancestrais se enquadram obras como *Corumbá: memórias e notícias*, de Renato Báez, *Onde cantam as seriemas*, de Otávio Gonçalves Gomes, e *Camalotes e guavirais*, de Ulisses Serra.

⁴ Ao contrário da descrição poética e romantizada de Oswaldo Marques, em *Camalotes e guavirais*, Ulisses Serra se refere a um trecho da obra *Homens de aço*, na qual Hélio Serejo, assim como Hernâni Donato, denuncia a exploração de ervateiros brasileiros e paraguaios trabalhando em regime praticamente escravo, humilhados e curvados sob o peso do raído (feixe onde carregam a erva-mate) e da dificuldade da empreitada: “Conta-nos Hélio Serejo, em *Homens de aço*, que no intrincado verde dos ervais, rudes, agressivos, o ervateiro paraguaio carrega sobre os ombros um raído de cerca de duzentos e dez quilos varando caminhos difíceis e longos. De léguas, às vezes.” (SERRA, “Ruínas humanas”, 1989, p. 121).

Corumbá: memórias e notícias é de 1977, justamente o ano de criação do estado de Mato Grosso do Sul – trata-se das recordações de infância do escritor, advogado e professor Renato Báez, em Corumbá, na fronteira do Brasil com a Bolívia. De título aparentemente paradoxal – uma vez que “memórias” se relacionam à evocação de um passado muitas vezes remoto, “perdido” no tempo, ao passo que as “notícias” dizem respeito a um presente tão “presente” que, no minuto seguinte, já se torna arcaico, ultrapassado e anacrônico – o livro de Báez, da mesma forma que o de Oswaldo Marques, alterna poemas e textos em prosa, em homenagens a cidades como Dourados, Rio Brillhante, Porto Murtinho, Ponta Porã⁵, e, obviamente, a Corumbá, cidade destacada já no título da obra⁶. A coletânea alterna também poemas e textos de Renato Báez com os de outros poetas e escritores do Mato Grosso do Sul, tais como Washington de Oliveira, Dom Aquino Corrêa, Wanir Delfino César, Moacir Ramires e Elpídio Reis, dentre outros, este último autor de um poema “em três tempos” (“ontem”, “hoje” e “amanhã”) a Dourados e dedicado à memória do escritor douradense Weimar Gonçalves Torres, poema no qual o autor eterniza a “denominação histórica” de Dourados e sua “terra vermelha, rica, abençoada, / campos sem fim, lugar futuro, / (...) / cidade crescendo, poeirão, / tudo começando, nova mentalidade, / gente chegando, trabalhando, / esperança de Mato Grosso. Predestinação!” (1977, p. 61). Além desta obra, Renato Báez também publicou, neste mesmo gênero, o volume *Corumbá: reminiscências e impressões*.

Já *Onde cantam as seriemas* é a obra memorialística do poeta e engenheiro agrônomo Otávio Gonçalves Gomes, nascido em Coxim, criado em Ribas do Rio Pardo e posteriormente habitante de Campo Grande, onde registrou em memórias suas recordações mais preciosas da infância passada em Ribas do Rio Pardo à margem da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNB), ferrovia que, por muitos anos, constituiu-se no único elo entre São Paulo e Mato Grosso do Sul, já que naquele tempo não havia ainda pontes interligando esses dois estados brasileiros. Composto de capítulos curtos e extremamente líricos, *Onde cantam as seriemas* fixa recordações ligadas à fauna e à flora da região e aos personagens mais marcantes da cidadezinha localizada a aproximadamente cem quilômetros da capital. No capítulo de abertura, “As seriemas”, Otávio Gonçalves Gomes homenageia a ave “desajeitada” que, voando “mal”, é muitas vezes atropelada à beira das estradas que tenta atravessar. Típica do cerrado e

⁵ Ver: “Lembro-me de ti... tão pequenina, / com teus campos verdes, cidade menina. / Tua branca igreja a recender pureza / era para mim o máximo em beleza / e eu tinha por ti encanto e adoração. / Ouvias, feliz, nas noites silenciosas, / estórias e casos... lendas misteriosas / que te punham medo na vida infantil. / E nós dois crescemos juntos, na alegria / de nossos folguedos. E como nos sorria / a vida naquela quadra tão ditosa!... / A casa de meus pais, o vasto quintal / eram perfumados pelo matinal / ar puro que vinha dos teus densos bosques!” (REIS, Elpídio, “Ponta Porã”, in BÁEZ, 1977, p. 59).

⁶ Sobre a “Cidade branca”, ler, sobretudo, o soneto “Saudação a Corumbá”, de Renato Báez, do qual citamos os quartetos: “Do alto da barranca, ó cidade, tu dominas / O rio, o porto, o cais, – “Terra de Marechais!” – / O ferro, manganês, mármore, cal... E as minas, / Que brotam do teu solo, ativas, naturais? // O teu passado heróico, consta dos anais / Da história do Brasil. Em tuas oficinas / Labutam, sol a sol, operários braçais, / Que impulsionam, também, tuas grandes usinas” (1977, p. 36).

da região Centro-Oeste, a seriema, mesmo “desajeitada”, é considerada pelo memorialista uma “ave benéfica, elegante e cantadeira” (1975, p. 25). Além disso,

As seriemas vivem cantando, andam bradando seu clangoroso chamamento, sibilante e penetrante às vezes, tal qual um clarim. Seu canto é plangente e evocativo, ecoa triste pelas campinas. (...) Ouve-se o seu grito-canto a qualquer hora, desde alta madrugada até à noite. É justamente o som altissonante que chama a atenção dos viajores. É capaz de cantar horas a fio. (GOMES, 1975, p. 24).⁷

Além da seriema, Otávio Gomes também evoca o sabiá, cuja cantiga “é um gorjeio melodioso, compassado e repousante, que fere diretamente a sensibilidade de quem o escuta” (“O sabiá”, 1975, p. 33); o rio Botas, rio caudaloso que banha Ribas do Rio Pardo e possui aproximadamente oitenta metros de largura, proporcionando aos habitantes “os lugares mais pitorescos para passeios, pescarias e banhos” (“O Rio Botas”, 1975, p. 35); a guavira, fruta silvestre, amarelada e de gosto ácido, também chamada de guabiroba em outras regiões do Brasil⁸; e a festa de São Sebastião, celebrada a 20 de janeiro com grandes “festeiros”, incluindo missas, novenas, procissões, leilões e bailes (“A festa de São Sebastião”, 1975, p. 45-52).

Contudo, a maioria dos capítulos versa sobre as pessoas que conheceu na infância/adolescência, transformadas em “personagens” de sua evocação terna e sensível. Nesta obra ímpar, lemos a respeito do circunspecto e misterioso Professor Pimenta, bem como de sua escolinha e de seu “fordeco”, o primeiro carro a percorrer as ruas de Ribas do Rio Pardo; de seu Olivério, agente da EFNB e instrutor dos escoteiros, grupo do qual Gomes fez parte durante certo tempo de sua infância; do pai Domingos Gonçalves Gomes, “homem bom e de coração aberto” (1975, p. 75), cujo maior orgulho foi ter conseguido formar em curso superior todos os filhos, ele que cursara apenas o primário (“Um homem às direitas”, 1975, p. 75-79); da mãe, mulher bonita, bem vestida e grande cozinheira, enérgica e nervosa, “dona de casa na verdadeira acepção da palavra” (“Minha mãe”, 1975, p. 81-82); da madrinha Delminda, do velho Cleves e de diversos outros, como Geraldo, companheiro de infância de Otávio e que serviu na Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Itália, durante a segunda guerra mundial (ver “Um herói da FEB que não fala em guerra”, 1975, p. 151-155), e Rui, menino extremamente peralta e endiabrado, que matava animais por puro sadismo e pegava dinheiro dos pais, mesmo com o cofre trancado a cadeado.

⁷ Na obra supracitada de Renato Báez, há também uma homenagem à seriema, em poema de Nho Pai e Mário Zan: “Ó seriema de Mato Grosso / Teu canto triste me faz lembrar / Daqueles tempos que eu viajava / Tenho saudades do teu cantar. // Maracaju, Ponta Porã, / Quero voltar, ó meu Tupã, / Rever os campos que eu conheci / E a seriema eu quero ouvir.” (“Seriema”, 1977, p. 18).

⁸ “A casca é lisa e tem um sumo picante. O seu conteúdo é constituído de sementes envoltas em uma substância gelatinosa, doce e muito saborosa. Sua cor é amarelo-esverdeada, ou amarelada simplesmente, quando madura. Uma delícia de frutinha. (...) Quando vai chegando o mês de setembro com as primeiras chuvas de trovoadas, aparecem as florinhas brancas que cobrem os guavirais. (...) É uma beleza de ver um guaviral coberto de flores, nos descampados, à beira dos caminhos. Quebrado um galho do pé de guavira em floração, tem-se um lindo ramalhete de pequenas flores brancas e cheirosas.” (GOMES, “As guaviras”, 1975, p. 109).

Em sua juventude, entrou para o serviço militar com o desejo de tornar-se aviador, mas, como era epilético, foi desligado da Escola de Aeronáutica, fato que não o impediu de ser convocado pelo Exército e de ter servido na FEB. Foi para a segunda guerra mundial e retornou ao Brasil. Sem conseguir, a seu ver, ser “nada na vida”, recusou-se a voltar ao Mato Grosso e se matou em Belo Horizonte⁹.

Pelo lirismo e pela profundidade dos temas abordados e das cenas evocadas, *Onde cantam as seriemas* é, sem dúvida, um dos pontos altos do memorialismo sul-mato-grossense, característica apontada por Câmara Cascudo no Prefácio à obra de Otávio Gonçalves Gomes. Diz o eminente folclorista brasileiro:

Otávio Gonçalves Gomes reuniu as figuras e episódios que o canto das seriemas evocara no espaço e tempo das lembranças indeformáveis (...). É um documentário que a História valoriza porque fixou pormenores na limitação geográfica dos acontecimentos, permanentemente esquecidos pelo historiador mecânico dos sucessos convencionais. O canto das Seriemas sobrevive à cronologia das lutas políticas e das sucessões administrativas, moldura imóvel das exposições oficiais, ressuscitando ‘casos’ que foram emoções coletivas. São ‘instantâneos’ reais e não retratos da galeria protocolar e semelhante às galerias de todos os recantos da amada terra do Brasil. (1975, p. 13-14)

Por fim, ao referirmos alguns volumes essenciais para a caracterização do memorialismo sul-mato-grossense, não podemos deixar de fora uma obra-prima da literatura do Mato Grosso do Sul: *Camalotes e guavirais*, a coletânea de crônicas do deputado classista, jornalista, tabelião e escritor Ulisses Serra, crônicas, aliás, de intenso sabor saudosista, que poderíamos classificar como “memorialísticas”, uma vez que o autor trata do surgimento e do posterior povoamento de Campo Grande, na época em que a cidade era “apenas uma ilhota humana perdida nas imensas planuras verdes de imensos campos devolutos” (1989, p. 115), dando ênfase, assim como Otávio Gonçalves Gomes, a seus episódios e personagens mais característicos. Em 2007 a obra chegou a sua terceira edição, patrocinada pela Academia Sul-mato-grossense de Letras. A segunda, de 1989, foi publicada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul com a Apresentação de Elpídio Reis e Prefácio de José Couto Vieira Pontes (“Camalotes e guavirais – Por que este livro agrada?”, capítulo retirado de sua *História da literatura sul-mato-grossense*, 1981, p. 108-110).

A obra, porém, foi lançada em primeira edição em 13 de outubro de 1971, portanto antes da criação do estado do Mato Grosso do Sul. Neste mesmo ano de 1971, Ulisses Serra fundara a Academia de Letras e História de Campo Grande (atual Academia Sul-mato-grossense de Letras). Causando comoção na sociedade campo-grandense, Ulisses Serra, no entanto, falece inesperadamente em junho de 1972, sem presenciar a separação do estado e sequer a instalação da Academia que ajudara a fundar. Em sua homenagem,

⁹ Ao amigo Rui, Otávio Gonçalves Gomes reserva nada menos que três capítulos de suas memórias, a saber: “O Rui” (1975, p. 171-177); “Rui na escola de aeronáutica” (1975, p. 179-181); e “Rui, herói de guerra” (1975, p. 183-184).

a Academia de Letras e História de Campo Grande foi instalada e reconhecida oficialmente em 13 de outubro de 1972, exatamente um ano após o lançamento de *Camalotes e guavirais*. Neste belo título, reúnem-se dois dos mais representativos marcos culturais da região: o camalote, espécie de vitória-régia, ilha flutuante formada por plantas aquáticas; e a guavira, fruta amarelada, ácida, muito comum no Mato Grosso do Sul. Vale a pena acompanharmos o belo trecho no qual Ulisses Serra rende homenagem ao grandioso rio Paraguai, de onde os camalotes descem “no dorso da corrente”, plantas “exuberantes” também celebradas pelo corumbaense Pedro Paulo de Medeiros:

Largo, sereno, enfeitado de pássaros e de flores, o Paraguai rolava majestoso e plácido, belo como igual outro não vi. Carregava exuberantes vitórias-régias, brancas pela manhã, róseas ao sol-posto, e lentos camalotes, que exerciam sobre mim estranho fascínio. Cor verde-musgo, flor violácea e perfume suave, raízes longas, profundas, entrelaçadas e compactas. Vogavam docemente no dorso da corrente, parando nos remansos, sem pressa, com pena de deixar ribeiras amigas, temerosos da foz e do mar que os iriam despedaçar. (...) O poeta corumbaense Pedro Paulo de Medeiros assim os descreveu: Verdes, ao léu, silenciosos, / ei-los a esmo passando, / lembram barcos vagarosos / sentidas mágoas levando, // Insisto num desconforto: / – Que destino levais? / – Remoto! Ao nosso porto / não se volta nunca mais! (SERRA, “Motivos de um título”, 1989, p. 13-14)

Tema literário recorrente, caro a escritores como Euclides da Cunha e Guimarães Rosa, o rio é eternizado pela memória de Ulisses Serra, que atrela sua infância à água (rio Paraguai) e não à terra (às “atrações do asfalto”):

Da nascente à embocadura o Paraguai é homogêneo. Coloração das águas, barrancas, fauna alada e plantas aquáticas são curiosamente iguais e não me pareceu nunca um acidente geográfico a separar dois povos mas uma gigantesca espinha dorsal a uni-los sempre. Minha infância parece que vaga nas suas praias. É que se não tive nela atrações do asfalto, tive as desse rio, mergulhando e flutuando nas suas águas, de permissão com vitórias-régias e camalotes. (SERRA, 1989, p. 14).

Tendo vivido a infância em Corumbá e a juventude e fase adulta em Campo Grande, as crônicas de *Camalotes e guavirais* de certa maneira “acompanham” essas etapas da vida do autor. A bem dizer, apenas a primeira crônica, a já citada “Motivos de um título” (1989, p. 13-14), recupera lembranças relativas a Corumbá e ao rio Paraguai e seus “exuberantes camalotes”. A partir da segunda, “Quem ergueu o primeiro rancho?” (1989, p. 15-20), Serra enfoca a fundação da cidade que viria a ser a capital do estado do Mato Grosso do Sul, hoje desenvolvida e bastante povoada, no início somente uma “ilhota” perdida na imensidão de “campos devolutos” e dividida em dois ranchos, o “Prosa” e o “Segredo”, pertencentes aos dois mineiros que harmonicamente dividiram as novas terras descobertas por volta de 1870, graças à honestidade e fidelidade do casal João Nepomuceno e Maria Abranches. A passagem é longa mas fundamental para entendermos como Campo Grande começou a ser povoado:

A ordem cronológica dos fatos assim se processou: João Nepomuceno (para homiziar-se, ou não) e Maria Abranches pararam na junção dos arroios que mais tarde viriam a chamar-se Segredo e Prosa e levantariam o seu rancho. Um dia chega, de Monte Alegre, José Antônio Pereira com o seu filho Luís e mais dois camaradas. Buscava o intrépido mineiro dilatadas terras para fixar-se. Comprou o rancho do poconeano, plantou mais para sua volta e deixou-o encarregado da posse. Regressou a Minas para buscar a família. Dois anos e meio se passaram e não regressava e o zelador dele não tinha notícias. Seguramente estava ocupado no minucioso apresto da viagem definitiva e longa que teria de empreender. João Nepomuceno e Maria Abranches esperavam. Porfiavam em cumprir o que haviam prometido. Vegetavam no ermo como se fossem também árvore, segregados do mundo pelas distâncias e em volta deles cobras, feras e índios. Um dia, depois de longa espera, apontaram carretas no verde do cerrado. Traziam homens, mulheres e crianças. Deve ter sido de eufórica algazarra a alegria dos que chegavam e maior a daquele casal de solitários. Não era José Antônio Pereira! Mas outro desassombrado mineiro que também buscava terras, também queria afazendar-se e plantar povoados. Era Manuel Vieira de Sousa. João Nepomuceno, então, não lhe vendeu propriamente a posse, cobrou-lhe o zelo, como repetidamente frisou e o registra um cronista. Vende-lhe a última colheita, que sendo a última e de produtos de lavoura do ciclo de um ano, só poderia ser da sua própria enxada. Por tudo recebeu trinta mil réis, equivalentes apenas a cinco ou seis vacas, e ainda pactuou que se um dia chegasse José Pereira a ele Manuel Vieira deveria entregar a mesma quantia a título de indenização. (SERRA, “Quem ergueu o primeiro rancho?”, 1989, p. 18-19).

A fidelidade de João Nepomuceno àquilo que havia sido combinado com José Antônio Pereira provavelmente sensibilizou Manuel Vieira de Sousa, pois este, ao contrário do que normalmente ocorre em disputa de terras como esta, cumpriu o prometido e recebeu pacificamente a comitiva do conterrâneo quando, meses depois, José Pereira alcança novamente a terra, deixada há mais de dois anos, para dela tomar posse definitiva:

Semanas ou meses depois ouve-se a canção monótona do chiado de carretas mineiras. E elas despontam lentas, em fila, pelo caminho estreito que cavaleiros abriram na mata. É José Antônio Pereira. Traz a mulher. Traz filhos, genros, netos e agregados. Traz a família para fixar-se para sempre. Entre ele e o coestaduano não houve conflito de interesse. Havia terra em profusão e havia o bom senso do mineiro. Imanaram-se, entregaram-se entusiasticamente à construção de novos ranchos, ampliaram o roçado para maior plantio e maior colheita; os solteiros convolaram núpcias e dentro em pouco davam a um arroio o nome pícaro de Prosa e ao outro, o romântico de Segredo, porque, de fato,

envolvia um segredo de amor. Estava criado, sob os auspícios da honradez mineira, o povoado. Viriam outros pioneiros. E o povoado transformar-se-ia rapidamente na metrópole de hoje, bela e trepidante, justo orgulho de todos nós. (SERRA, 1989, p. 19).

Citando o depoimento de Vespasiano Martins, cujo tio conhecera pessoalmente João Nepomuceno, Ulisses Serra sugere que ao casal seja também reservado, ao lado dos nomes de José Antônio Pereira e Manuel Vieira de Sousa, merecido papel como pioneiros na fundação de Campo Grande. No parágrafo final da crônica, ao evocar a “aventura” de José Pereira, Serra considera que

(...) como é impossível a um homem só realizar uma epopéia, entre outros devem estar ao seu lado João Nepomuceno da Silva e Maria Abranches. É verdade que já morreram e não carecem de loas e exaltações terrenas. Mas é um dever dos coevos e dos pósteros. Dever de consciência, dever de edificação cívica recordar-se aqueles dois solitários das margens do Prosa e do Segredo. (SERRA, 1989, p. 20).

Na crônica seguinte, “A rua 14 do meu tempo” (1989, p. 21-30), Ulisses Serra dá um salto de alguns anos para fixar uma rua “castigada” de poeira e de vento, marco de uma cidade ainda provinciana nas décadas de 1920 e 1930, mas não tão rústica quanto no início, restrita a dois ranchos. Entre os ranchos de antanho e a “selva de pedra” de hoje, uma rua sem infra-estrutura como metáfora da precariedade e do subdesenvolvimento, atualmente superados:

Ao meu tempo de moço, a rua tinha o leito desnudo e vermelho. Na estação chuvosa, era um tremedal; na estiagem, quando o vento norte soprava rumo ao sul, rolavam colunas escarlates, altas, espessas de poeira, tão compactas que não se reconhecia o transeunte da calçada oposta. Só pelo meio-dia ia cessando o castigo do pó e do vento. Tudo ficava vermelho, encardido, marcado pela poeira. Sonhávamos vê-la um dia revestida de asfalto, iluminada, com água e esgoto, regorgitante de gente e de carros. Não supúnhamos nunca chegar a vê-la como hoje com arranha-céus, luzes azuis, anúncios luminosos e multicores, jornais diários, estações de rádio, tevês, num intenso movimento de metrópole. (SERRA, 1989, p. 22).

Repleta de farmácias, livrarias e lojas no início do século XX, a Rua 14 de julho, hoje totalmente modificada, teima em permanecer intocável, “genuína” e “caboclá” na memória de Serra, que não esconde sua tristeza e resignação ao contrastar as duas “ruas 14”, a “nova” e a “antiga”:

Hoje [década de 1970] a Rua 14 é outra. Tem mais do que sonhávamos tivesse um dia. Cruzam-se nela todos os caminhos de Mato Grosso e traçam-se os destinos políticos do Estado. Empolgante com suas luzes de gás néon e seus postes artísticos, no vai-e-vem contínuo das multidões que se acotovelam, no tumulto do seu trânsito e na audácia dos seus arranha-céus. Amo-a como a nenhuma outra. De pon-

ta a ponta abre-me os seus braços nos abraços dos meus amigos. Mas a outra, a de outrora, dos meus tempos de moço, descuidados e fagueiros, era mais típica, mais genuína, mais gostosamente cabocla. (SERRA, 1989, p. 30).

Crônicas líricas e nostálgicas como estas duas supracitadas se sucedem aos montes ao longo da coletânea, algumas bem humoradas, como “Pioneiros em quatro rodas” (1989, p. 41-43), outras de intensa preocupação com o destino de seus semelhantes (“Maria Bolacha e Josetti”, 1989, p. 101-102) e com a ecologia (“Árvores da cidade”, 1989, p. 57-58; e “O jequitibá do dr. Arlindo”, 1989, p. 59-61). Em “Pioneiros em quatro rodas”, Ulisses Serra ironiza um anteprojeto da Prefeitura de Campo Grande, do início da década de 1920 (conhecido como “Código do dr. Arlindo”), que impunha uma velocidade ridícula aos veículos que trafegassem pela cidade e até por seus arredores. Vejamos o comentário do cronista, que cita o cômico trecho do anteprojeto:

Há uma seqüência de normas revelando extremo cuidado, que até parece que o legislador considerava o automóvel um terrível monstro do Apocalipse ou igual àquele trazido de Paris por José do Patrocínio, que rangia, sacolejava, expelia fogo, cinza e brasas. Pois o artigo 366 determinava: ‘A velocidade dos automóveis, em caso algum, poderá ir além 25 km por hora, nas estradas; de 15 km nas povoações e partes habitadas e de oito nas ruas centrais da cidade. Nos lugares estreitos, onde há acumulação de pessoas, a velocidade será de um homem a passo, 60 centímetros por segundo’. (SERRA, 1989, p. 42).

Há ainda crônicas sobre os cinemas antigos de Campo Grande (“Trianon Cine”, 1989, p. 49-52; e “Cinemas”, 1989, p. 53-54), bem como sobre bares e restaurantes que, na opinião de Serra, eram bem melhores na década de 20 do que na de 70: “Em se tratando de cafés, bares e restaurantes, já fomos bem mais servidos outrora. Os saudosistas deles ainda se recordam” (“Restaurantes e bares”, 1989, p. 55-56). Além de toda esta rica diversidade de temas, que nos permite considerar Ulisses Serra um dos cronistas mais bem informados de seu tempo, há, em *Camalotes e guavirais*, um belo texto de difícil classificação: “Ciladas da vida” (1989, p. 129-132), a respeito de um triângulo amoroso entre a esposa Djanira, o marido Dagmar e o dr. Jonas, médico amigo do casal. À semelhança de Emma Bovary no romance de Flaubert e de Luísa em *O primo Basílio* de Eça de Queiróz, o texto de Serra também termina com uma morte – nesse caso, não da adúltera, mas do marido traído, cujo organismo, “já muito combalido, arrasado, não atendia mais ao chamamento do espírito” (1989, p. 131). Para José Couto Vieira Pontes, trata-se de um “quase-conto perdido numa coletânea de crônicas”:

Ao severo estruturalista que lhe quisesse apenas conferir a qualificação de crônica, responderia que a erudita narrativa se escoa num crescendo que prende o leitor até atingir o apogeu, o ambiente físico está bem definido e, tecido em opiniões de terceiros e na metafísica da Poesia, o desfecho do raconto é feliz (não o feliz do ‘happy-end’, mas o feliz do estrutural). (PONTES, *História da literatura sul-mato-grossense*, 1981, p. 107).

Por todos os exemplos e motivos aqui expostos, o leitor facilmente percebe que obras como *A poeira da jornada*, de Demosthenes Martins, *Onde cantam as seriemas*, de Otávio Gonçalves Gomes, e *Camalotes e guarivirais*, de Ulisses Serra, não ficam nada a dever aos melhores volumes de memorialismo e/ou de crônicas da literatura brasileira. O que lhes falta, contudo, é a consideração, por parte da crítica, da qualidade literária de textos que merecem e clamam uma maior visibilidade e reconhecimento. Concluo citando, uma vez mais, uma comovente passagem da obra de Ulisses Serra, à altura dos grandes achados de cronistas como Carlos Drummond de Andrade ou Fernando Sabino:

Se eu morrer alhures, onde quer que seja, morrerei um exilado e um proscrito de mim mesmo. Como sucedia aos antigos egípcios, minha alma, aflita e errante, esvoaçaria pelo Infinito sem nunca encontrar abrigo. Aqui não morreria de todo. Ouviria o passo e a voz dos meus amigos, o gorjeio dos pássaros que amo, o farfalhar das frondes que conheço e o bater do coração da minha casa. (SERRA, “Motivos de um título”, 1989, p. 14).

Os volumes de memória são os melhores artifícios para um escritor não “morrer de todo”, deixando registrado, além de suas obras poéticas e ficcionais, depoimentos e testemunhos de vida. Foi o que fizeram memorialistas como os que neste artigo citamos. Cabe a nós, pesquisadores do Mato Grosso do Sul, descobriremos e valorizarmos estas obras que são, no mínimo, registros essenciais da história, da cultura e dos costumes locais, sensíveis relatos e lembranças pessoais que, em contexto mais amplo, participam da memória coletiva do estado, encravado no limiar entre a tradição histórica e a novidade de sua breve existência política.

REFERÊNCIAS

- BÁEZ, Renato. *Corumbá: memórias e notícias*. São Paulo: Vaner Bicego, 1977.
- BUNGART NETO, Paulo. *Augusto Meyer proustiano: a reinvenção memorialística do eu*. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre.
- DONATO, Hernâni. *Selva trágica*. São Paulo: Abril, 1976.
- GOMES, Otávio Gonçalves. *Onde cantam as seriemas*. São Paulo: Vaner Bicego, 1975.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.
- LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.
- MARQUES, Oswaldo. *Memórias do Jobá*. Dourados: Associação de Novos Escritores de Mato Grosso do Sul, 1993.
- MARTINS, Demosthenes. *A poeira da jornada – Memórias*. São Paulo: Resenha, 1980.
- PONTES, José Vieira Couto. *História da literatura sul-mato-grossense*. São Paulo: Editora do Escritor, 1981.
- SERRA, Ulisses. *Camalotes e guarivirais*. 2. ed. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.